

Expropriação camponesa, agronegócio e precarização do
trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA) ¹

José Aparecido Lima Dourado²

Helena Angélica de Mesquita³

Resumo

É nosso intuito com este artigo fazer algumas reflexões sobre o processo de precarização do trabalho tanto no campo quanto na cidade, a partir da inserção do município de Livramento de Nossa Senhora (BA) nos circuitos da modernização capitalista. Desde a implantação do projeto de irrigação no município na segunda metade da década de 1980, o espaço agrário local vem passando por intensas transformações devido sua incorporação à lógica do grande capital que, por meio da nova divisão territorial do trabalho, atribuiu “funções anômalas” para a agricultura livramentense. Com a expansão da lavoura de manga, verificamos a diminuição das áreas ocupadas por lavouras voltadas para o consumo interno bem como mudanças nas relações de trabalho no campo, havendo, pois,

1As ideias apresentadas neste texto são um desdobramento das discussões realizadas inicialmente na X Jornada do Trabalho realizada pelo CEGET em novembro de 2009. O trabalho de campo realizado entre janeiro e março de 2010 e a ampliação do referencial teórico possibilitou-nos atualizar o debate proposto no presente texto.

2 Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM. Professor do Centro Educacional Darcy Tanajura de Cássia – Livramento de Nossa Senhora (BA). Professor do Centro de Educação Municipal Manoel Ribeiro de Brito – Rio do Antônio (BA). Endereço eletrônico: josephdourado@yahoo.com.br

3 Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM. Endereço eletrônico: helena@wgo.com

a necessidade de contextualizar esse fenômeno com as transformações que vêm acontecendo no mundo do trabalho a partir dos anos 70 do século XX, em virtude da reestruturação produtiva do capital. Os dados apresentados neste artigo são resultados de pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo como tentativa de interpretar a realidade pesquisada a partir do diálogo entre teoria e empiria.

Palavras-chave: *Agronegócio, agricultura camponesa, precarização do trabalho.*

Abstract

It is our intention with this article make some reflections on the process of precarious work in the field and in the city, from the insertion of the municipality of Livramento de Nossa Senhora (BA) in the circuits of capitalist modernization. Since the implementation of the irrigation project in the city in the second half of the 1980s, the local agricultural area is undergoing sweeping changes due to its incorporation into the logic of big business that, through the new territorial division of labor, are assigned "roles anomalous" livramentense for agriculture. With the expansion of cultivation of mango, verify the reduction of areas occupied by oriented crops for domestic consumption as well as changes in labor relations in the field, there is therefore the need to contextualize this phenomenon with the changes that are going on in the world work from the 70s of the twentieth century, due to the restructuring of productive capital. The data presented in this article are the results of literature search and field work as an attempt to interpret reality searched from the dialogue between theory and empiricism.

Keywords: *Agribusiness, peasant agriculture, precarious work.*

Introdução

Entender os fenômenos locais exige do geógrafo (e também do não geógrafo) a capacidade de fazer conexões com uma trama de acontecimentos globais que reverberam nos mais distantes rincões, levando-nos a perceber que os fatos não são deslocados de um contexto

político-econômico-ideológico. Trata-se de uma questão de método, e isso nos diz muito, pois nos induz a perspectivar sobre as outras possíveis realidades que poderiam ser construídas mediante o pensar-fazer sob um viés que não aquele ao qual estamos acostumados a seguir.

Este, talvez, seja o desafio posto para aqueles que enveredam pelos estudos agrários, neste momento histórico, cuja peculiaridade solapa todas as formas de “neutralidade científica”, desafiando-nos a assumir uma postura, seja ela qual for, desde que não seja uma decisão fundada no obscurantismo da ignorância. Nesse sentido, cabe mencionar que muitos estudiosos de Geografia Agrária, por longo tempo defenderam a ideia “despretensiosa” da neutralidade positivista, prestando um grande serviço ao Estado burguês, frente a luta das massas subjugadas. Mais que “fazer mapas”, o geógrafo deve ter a capacidade de entender a dinâmica dos lugares em um contexto de correlação de forças, pois os movimentos dialéticos presentes na construção dos territórios exigem de nós a capacidade de fazer uma leitura crítica da espacialização-territorialização dos movimentos sociais historicamente oprimidos e marginalizados no embate aos grandes projetos desenvolvimentistas, transformados na panaceia para solucionar as desigualdades regionais.

Desde o seu “nascimento” enquanto colônia, o Brasil já assumiria um papel de produtor de *commodities*. Após cinco séculos, muitos dos ranços do Brasil Colônia ainda permanecem a incomodar ou, paradoxalmente, a justificar uma realidade que dilacera e mutila camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores urbanos. Desde o ciclo da cana-de-açúcar, até o atual momento vivenciado pelo campo brasileiro, com a política dos agrocombustíveis, a lógica produtiva sempre esteve pautada na produção pelos “de dentro” para saciar os “de fora”.

Centrado nessa perspectiva, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) inaugurou, em 1986, em Livramento de Nossa Senhora (BA) o projeto de irrigação do Vale do Rio Brumado que se arrastava desde 1976, dando segmento a uma “política de combate” às secas no Nordeste, criada em 1902⁴. Nesse sentido, o Estado assumiu o papel de planejar e criar mecanismos capazes de “dinamizar” a agricultura local, mediante a disponibilização de infraestrutura

4 Para maiores informações ver MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. **A seca no Nordeste**: um falso problema. Petrópolis: Vozes, 1988.

necessária à viabilização do projeto de abertura do espaço livramentense à territorialização do grande capital por meio do agronegócio. Estavam, pois, demarcados os horizontes do progresso e da “solução” para os problemas decorrentes do “atraso” da agricultura praticada no município.

No desenrolar deste trabalho traremos para o âmago da discussão algumas reflexões sobre as transformações nas relações de trabalho no campo em Livramento de Nossa Senhora, a partir da implantação do projeto de irrigação, de maneira a evidenciar o processo de precarização do trabalho na lavoura de manga. Tentaremos, pois, desmistificar a ideia de “progresso” e ganhos incontestáveis da sociedade local com tal empreendimento, por entender que este serve muito mais a uma elite numericamente minoritária e politicamente hegemônica, fundamentada na lógica do espaço apropriado como “valor de troca” (GERMANI, 2009, p. 365), do que àqueles que se apropriam da terra numa perspectiva de reprodução da vida.

Situado a 720 quilômetros da capital do estado, a cidade de Salvador, o município de Livramento de Nossa Senhora ganhou destaque no cenário baiano ao tornar-se o segundo produtor de manga, sendo superado apenas por Juazeiro/Petrolina, na região do Médio São Francisco, inserindo-se com isso no cenário dos grandes exportadores da fruta para os mercados norte-americano e europeu. A implantação do projeto de irrigação no Vale do Rio Brumado acabou estimulando a grilagem de terras, já denunciada na década de 1980, em reportagem publicada pelo *Jornal A Tarde*⁵. Passados 30 anos, a situação não foi resolvida por parte do DNOCS, órgão federal que faz a gestão do Perímetro Irrigado, fato esse revelador de quão falho e omissos é o Estado quando o assunto é a solução dos problemas relativos à questão agrária no Brasil.

A realização deste trabalho se efetivou a partir de revisão bibliográfica de obras que abordam a temática, no intuito de buscar compreender as contradições acerca da implantação do projeto de irrigação em Livramento de Nossa Senhora. Para tanto, priorizamos as teorizações feitas por Oliveira (2003; 1986, Bursztyn (1985), Fernandes (2008), Thomaz Júnior (2002) e Mesquita (1993). Foram realizados trabalhos de

5 SANTOS, R. M. dos. **Trajetória**: reportagens sobre Livramento de Nossa Senhora. Salvador: Egba, 2009, p. 223.

campo entre novembro de 2007 e março de 2010, momentos que utilizamos para realizar observação direta, registro fotográfico e entrevistas com os produtores e trabalhadores da lavoura de manga. Destacamos a importância do trabalho de campo para a realização desta pesquisa, pois este tem proporcionado fazer uma relação entre a teoria e a empiria, de modo a tornar possível a verificação de como os desdobramentos da implantação do projeto de irrigação se reverberam no contexto da agricultura de Livramento de Nossa Senhora.

Não queremos aqui apenas fazer uma descrição dos fatos descolada de um contexto maior. O intuito é perceber a territorialização do capital para além da fronteira política do município, pois entendemos que, se assim fizermos, estaremos contribuindo para que as questões relacionadas à terra e ao modelo agrário/agrícola adotado como o ideal para o Brasil sejam problematizadas e contestadas. Embora tenhamos a consciência da superficialidade das análises aqui suscitadas pelo fato das limitações próprias de um artigo, procuraremos destacar os fenômenos mais expressivos capazes de possibilitar a compreensão da trama de relações que envolvem a modernização da agricultura local e como esse fenômeno se materializa no território.

Projeto de irrigação: desapropriar para modernizar

Para a implantação do projeto de irrigação foi necessário desapropriar aproximadamente 8.297 hectares, que até então, eram ocupados por lavouras destinadas ao autoconsumo das famílias camponesas que residiam nas propriedades, muitas delas como agregadas. Atualmente, a área do Perímetro Irrigado está ocupada basicamente com as lavouras de manga, predominantemente distribuídas nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. Para Brum, estudioso do processo de modernização da agricultura no Brasil,

[...] na agricultura moderna, voltada prioritariamente para o lucro, o produtor rural teve grandemente diminuído o poder de decisão sobre o seu trabalho e os

frutos de suas colheitas. Quem mais ganha, sempre, são os bancos, as indústrias de insumos, e de transformação, e quem controla a comercialização, influenciando os preços, tanto do que o produtor rural compra como do que ele produz e vende. Sem dúvida, a diversificação é importante e necessária. Todavia é também importante e necessário pensar com muita seriedade e responsabilidade como, para que e para quem deve ser implantada e implementada (BRUM, 1988, p. 80).

A área na qual foi implantado o empreendimento pelo DNOCS já possuía uma agricultura bem desenvolvida baseada no sistema de irrigação por inundação, fato este que coloca em questão os investimentos feitos pelo Estado, pois estes deveriam ser aplicados em outra região do município onde o déficit hídrico compromete a produção agrícola. Pelo fato de tratar-se de uma área intensamente povoada, muitos foram os protestos das populações desterritorializadas que, diante à iminência de perderem suas terras e/ou a *terra de trabalho*, mobilizaram-se na tentativa de frear a ação do Estado. Para a execução do empreendimento, o DNOCS desapropriou 1.400 famílias. Dessas famílias, aproximadamente 1.100 eram de posseiros e meeiros e 300 de efetivos proprietários de terras. Nas terras desapropriadas eram cultivadas lavouras como feijão, milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, com a presença marcante do trabalho fundamentado na parceria e/ou mearia.

Se, atualmente, a sua utilização está centrada na produção para o mercado externo, anteriormente o que predominava era a produção agrícola camponesa, voltada para atender às necessidades das famílias, bem como feiras livres locais e de municípios circunvizinhos. Sobre essa realidade contraditória no âmbito da produção agrícola, Porto-Gonçalves nos diz que,

As chamadas culturas modernas, como a soja, a cana-de-açúcar e mesmo o trigo, se desenvolvem apoiadas em todo um sistema de financiamento, enquanto as culturas de milho e feijão se sustentam nas pequenas propriedades ou simplesmente nas unidades de produção – posseiros, parceiros, arrendatários e

pequenos proprietários. Distinguem-se claramente as “culturas de ricos” das “culturas de pobres”. As primeiras voltadas ao capital industrial e/ou à exportação, enquanto as “culturas de pobres” feijão, milho e mandioca se destinam a suprir as necessidades de sobrevivência familiar, sendo o pequeno excedente lançado ao mercado para alimentar os pobres proletários e semiproletários da periferia das grandes cidades brasileiras (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 125).

Nesse sentido, compreender a lógica própria dos “territórios criados” a partir dos projetos de irrigação deve perpassar pela concepção político-econômica e ideológica do planejamento regional adotado por parte do Estado a partir da década de 1950 para o Nordeste brasileiro, visto que na Bahia, assim como em todo Nordeste, o fator preponderante para essa estruturação é a reprodução ampliada do capital. Segundo Prado Júnior,

Não é admissível, como tantas vezes se tem verificado, que tais obras aproveitem unicamente a um punhado de grandes proprietários, sem vantagem alguma, ou com vantagens mínimas inteiramente desproporcionadas aos gastos efetuados com recursos públicos, para a população trabalhadora local que constitui naturalmente grande maioria (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 118).

Ainda sobre a ação do Estado enquanto agente estruturador do espaço, Germani nos diz que

O Estado cumpre um importante papel neste processo como agente de produção e valorização do espaço quer através de seus investimentos diretos, quer através de suas políticas em diferentes áreas, dimensões e escalas. Uma ação que confirma ou exclui espacialidades e territorialidades- (GERMANI, 2009, p. 360).

A expropriação dos camponeses foi, talvez, o primeiro grande impacto causado por este modelo de planejamento territorial adotado para o município de Livramento de Nossa Senhora. Trata-se de uma área historicamente ocupada desde os primórdios do povoamento do município, por volta do século XVIII, no auge do período da mineração no Brasil. Durante a fase de implantação do projeto de irrigação, no governo de José Sarney, houve uma corrida pela aquisição de terras no projeto de irrigação ou mesmo em seu entorno. Muitos foram os que utilizaram da grilagem de terras públicas, dados que, segundo estimativas da Comissão Pastoral da Terra (CPTBA), podem chegar a 600 hectares, para conseguir de alguma forma ter acesso aos investimentos estatais direcionados à Política de Irrigação implementada no município em questão. Assim, seus futuros donos poderiam, mesmo não estando contemplados com terras pertencentes ao projeto de irrigação, usufruir de alguma forma das facilidades de infraestrutura e dos recursos hídricos a serem disponibilizados pelo Estado.

A concentração dos lotes tem sido ao longo dos anos uma realidade bastante comum, sendo que os “colonos mais qualificados” vão aglutinando mais e mais lotes, por meio da compra dos direitos de uso da terra daqueles que não tiveram condições financeiras para permanecer na terra. As visitas a campo têm possibilitado verificar que há proprietários com até 10 lotes, fato esse explicado pelo processo de “seleção natural” devido aos elevados custos com insumos e mecanização exigidos pela lavoura de manga.

A presença de grandes empresas, algumas delas com capital estrangeiro, tem contribuído sobremaneira para ampliar a concentração de terras, bem como os conflitos pela água. Como exemplo de produtores que não fazem parte do projeto de irrigação, mas que usam os recursos hídricos destinados a este fim temos a propriedade da empresa Frutex, cujos pomares estão localizados nas proximidades da área do projeto de irrigação. A Agrofrutas, além dos pomares no perímetro irrigado do rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora, possui lavouras de manga próximas à barragem do rio Gavião, no município de Anagé (BA), e às margens do rio Corrente, em São Félix do Coribe (BA). Estas são duas das maiores empresas situadas no município e que possuem *Packing*

houses, podendo assim exportar o produto diretamente para países da União Europeia e Estados Unidos.

O discurso desenvolvimentista incorporado à lavoura de manga exerce grande influência sobre a população local, sendo esta atividade defendida e considerada pelas instituições governamentais locais e também pelos produtores, como a responsável pela geração de emprego e renda para o município. Como o projeto de irrigação está localizado a aproximadamente 3 quilômetros do perímetro urbano, os trabalhadores da manga são, em sua maioria, oriundos dos bairros periféricos Taquari, Benito Gama e Jurema e de povoados próximos à cidade, como é o caso de Itaguaçu, Barrinha e Matinha.

Com a inserção da lavoura de manga, muitas famílias camponesas do interior do município acabaram mudando para as áreas periféricas da cidade em busca de emprego, engrossando a massa de trabalhadores desempregados e subempregados em atividades relacionadas ao agronegócio da manga. Este é um novo marco para a agricultura local que passa por um processo de modernização na perspectiva dos pacotes tecnológicos, com a intensificação do uso de insumos e fertilizantes e do trabalho assalariado.

Nesse contexto, temos uma mesclagem de técnicas modernas de produção (uso intensivo de agroquímicos, máquinas) com a utilização de mão de obra mal remunerada e extremamente precarizada, havendo, pois, a coadunação entre o moderno e o arcaico. Frente a essa questão, concordamos com Martins quando este afirma que

[...] tradicional e moderno não estão polarizados, mas contraditoriamente combinados. Essa é a forma que a acumulação capitalista assume nesta sociedade, que se dá, também, através dos incentivos fiscais, das isenções, doações do Estado, da transferência da riqueza pública para o particular (MARTINS, 1993, p. 54-55).

Segundo Fernandes e Welch (2008, p. 45), cada vez mais campesinato e agronegócio estão envolvidos num processo de conflitualidades. Destacamos que, assim como os autores citados, acreditamos que o

campesinato não é parte do agronegócio ou um apêndice deste. Embora haja por parte do campesinato uma forte resistência política em relação à lógica imperiosa do sistema capitalista, cabe ressaltar que o campesinato não pode ser pensado como algo “de fora” do capitalismo, pois a sua criação e recriação ocorre como uma contradição do desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Muitas famílias camponesas utilizam da estratégia de venderem sua força de trabalho em determinados meses do ano para permanecerem na terra. Nesse sentido, a produção de manga acaba sendo o destino de muitos camponeses e trabalhadores urbanos, pois, em virtude do desemprego estrutural, estes não têm outra alternativa senão ocupar-se temporariamente nas lavouras de manga e nos galpões onde a fruta passa por um tratamento pós-colheita antes de ser encaminhada para o mercado consumidor. Para Martins “a expansão do capitalismo, no campo ou na cidade, depende, em princípio, da separação fundamental entre o trabalhador e os meios de produção” (1980, p. 35). Com a expropriação das famílias camponesas que foram destituídas dos meios de produção, restou-lhe unicamente a venda de sua força de trabalho. Outrossim, pelo fato de os camponeses que viviam como agregados nas propriedades não receberem indenização, estes acabaram se mudando para a periferia da cidade, transformando-se em mão de obra precarizada a ser explorada pelos produtores de manga e donos de estabelecimentos comerciais.

Porém, cabe um alerta porque mesmo sem visibilidade perante as políticas públicas implementadas no município em questão, tanto por parte do governo local quanto do governo federal, a produção camponesa se recria nas “fissuras ou rugosidades” da agricultura modernizada, visto que, no interior do “território forjado” pelo Estado para o agronegócio, ou seja, no projeto de irrigação encontramos a presença de agricultores centrados na lógica da produção voltada para atender às necessidades da família. Frente ao exposto, é importante reconhecer que, assim como a territorialização do capital no campo tem ocorrido deste a década de 1970 de maneira agressiva, grande tem sido a luta do campesinato para manter seu modo de vida.

A seguir debruçaremos sobre as questões relacionadas às transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo em

Livramento de Nossa Senhora a partir da inserção do agronegócio, fenômeno esse que intensificou o trabalho assalariado no campo.

Produção de manga e precarização do trabalho em Livramento de Nossa Senhora

Iniciamos esta discussão enfatizando que não constitui nosso intuito a tarefa de formular proposições e encaminhamentos político-organizativos para o segmento de trabalhadores da lavoura de manga. A nós interessa saber, neste momento, como se dá o confronto capital x trabalho na produção de manga em Livramento de Nossa Senhora, de modo a evidenciar as relações entre sujeitos-explorados-precarizados e sujeitos-exploradores para que possamos refletir sobre a centralidade das transformações ocorridas nas relações de trabalho tanto no campo quanto na cidade.

A modernização da agricultura tem fomentado significativas transformações no espaço geográfico, fazendo emergir novas realidades no campo que carecem de uma reflexão aprofundada. Frente à necessidade de tecer as linhas de conexão entre os desdobramentos da relação capital x trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 56) e o processo de modernização agrícola implantado no país a partir dos anos de 1960, buscaremos analisar como a expansão da lavoura de manga em Livramento de Nossa Senhora tem interferido na organização da produção camponesa.

A reestruturação produtiva do capital na pós-década de 1970⁶ provocaria uma remodelagem do sistema capitalista, criando novas maneiras de ampliar os lucros, sem, contudo, aumentar os gastos com a produção. Para a concretização desse propósito, houve a necessidade de reduzir os custos sociais e terceirizar as tarefas, ações estas que

6 Após a década de 1970, a forma de acumulação do capital sofre alterações para tornar possível a expansão do capital financeiro, trazendo sérias consequências para a classe trabalhadora.

acabariam por pulverizar os movimentos sociais engajados na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Para elucidar esse processo, recorreremos a Thomaz Júnior quando o autor destaca que,

[...] a crise estrutural do capital que abateu fortemente todo o planeta no início dos anos 70 desafiou o capital a implementar um amplo processo de re-estruturação, reordenando e redefinindo seu metabolismo societário, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo e que afetou sobremaneira o trabalho ou o conjunto das relações sociais que se interpenetram no mundo do trabalho propriamente dito, fragmentando ainda mais os trabalhadores (THOMAZ JÚNIOR, 2002. p. 27).

Há, pois, uma inversão na luta entre trabalhadores e empregadores, pois, agora o foco da conflitualidade entre esses atores é desviado e assume uma outra conotação político-estratégica. A luta agora deixa de ser por melhores condições de trabalho e passa a ser pela manutenção do emprego, visto que diante da crise estrutural do capital, muitos postos de trabalho deixaram de existir ao passo que houve um crescimento significativo no número de trabalhadores desempregados, passando estes a compor o exército de reserva.

Com a inserção do agronegócio, Livramento de Nossa Senhora assume novas funções na Divisão Territorial do Trabalho, passando a produzir para a exportação. As mudanças estruturais do processo produtivo decorrentes desse fenômeno trouxeram novas realidades para o campesinato que viu-se desterritorializado para que a modernização do campo pudesse encontrar espaço favorável à sua territorialização.

A compreensão das peculiaridades que perpassam a desterritorialização dos camponeses é fundamental para que possamos identificar quais são os interesses em questão e a quem privilegia a implantação de empreendimentos desta natureza. A partir de uma leitura crítica da realidade, concordamos com Haesbaert (2007, p. 259) quando este afirma que “é importante identificar e colocar em primeiro plano os

sujeitos da des-re-territorialização, ou seja, quem desterritorializa quem e com que objetivos.”

Como já mencionamos no decorrer deste trabalho, a lavoura de manga tem assumido um papel de destaque no cenário livramentense pelo volume da produção e, também, por representar a principal forma de renda para a “massa” trabalhadora não assimilada pelo mercado formal. Segundo dados da Agência SEBRAE de Notícias (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa), a atividade agrícola baseada no binômio manga-maracujá gera mais de 3 mil postos de trabalho diretos nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. No tocante à região Sudoeste da Bahia as estimativas mais otimistas chegam a contabilizar a geração de aproximadamente 10 mil empregos diretos e indiretos pela fruticultura irrigada.

No que concerne exclusivamente à lavoura de manga livramentense, não se sabe a quantidade exata de empregos gerados. É certo que durante o período de safra (março a novembro) o fluxo de trabalhadores é significativamente ampliado devido a necessidade de atender às demandas do mercado consumidor. Como o projeto de irrigação está localizado aproximadamente a 3 quilômetros da cidade, a mão de obra da lavoura de manga é basicamente constituída por moradores urbanos periféricos e pessoas oriundas de povoados próximos à zona urbana.

Os resultados da primeira etapa da pesquisa de campo realizada entre novembro de 2007 e julho de 2009 revelaram que a maioria das contratações ocorre no período da safra e que os trabalhadores não possuem nenhuma garantia de continuidade no emprego, pois os acordos entre os trabalhadores e produtores de manga são feitos verbalmente. Mesmo no período da safra percebe-se que o número de contratados por produtor fica entre 10 e 20 pessoas, a depender do preço da produção no mercado externo e do produtor, pois os pequenos não chegam a contratar mais que dois trabalhadores ao passo que os grandes produtores contratam, durante os período da colheita da manga, até 150 trabalhadores.

No período de entressafra a quantidade de postos de trabalho decresce substancialmente, já que não há a necessidade de grande contingente de trabalhadores para fazer a manutenção dos pomares. Como efeito desse fato, verifica-se uma redução significativa nas vendas realizadas pelo

comércio local⁷, gerando assim, por efeito cascata, mais desemprego. Durante a entressafra, a manutenção geralmente é feita pelos próprios proprietários (principalmente no que se refere aos pequenos e médios produtores) que, em alguns casos, contratam trabalhadores diaristas para ajudar na manutenção dos pomares, como a aplicação de insumos e agrotóxicos. Via de regra, permanecem apenas aqueles que demonstram dedicação, disponibilidade e obediência.

A lavoura de manga consegue assimilar uma quantidade significativa da massa trabalhadora apenas por um curto período de cinco meses. Dessa forma, é necessário ponderar que durante os demais meses do ano a maior parte dessa mão de obra fica ociosa. Aqui, talvez, reside o “gargalo” que envolve o trabalho na lavoura da manga, haja vista que apenas alguns poucos trabalhadores permanecem empregados no período de entressafra, ocupando funções que vão deste o preparo da terra até os tratamentos culturais.

Durante a época da safra a migração pendular dos trabalhadores é intensificada, sendo o deslocamento até os pomares feito por meio de ônibus e caminhões, principalmente. Quanto aos proprietários dos lotes, a maioria expressiva reside na cidade, ou, em outros casos, é oriunda de localidades próximas ao perímetro irrigado, ou seja, trata-se basicamente de absenteístas.

Os produtores de manga estão organizados em várias associações, tais como Associação dos Produtores de Frutas do Perímetro Irrigado de Brumado (ASPIB), Cooperativa dos Pequenos Produtores de Frutas de Livramento e Região (COPERFRUL), Associação do Distrito de Irrigação do Brumado (ADIB), Associação dos Produtores do Vale do Rio Brumado (ASPROVALE) e Associação dos Produtores para Monitoramento das Moscas das Frutas em Livramento (APROMOL)⁸. Essa organização tem possibilitado a estes produtores a captação de recursos financeiros e assessoria técnica junto aos órgãos públicos como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia (ADAB), o próprio DNOCS e a Desenbahia que tem aprovado linha de crédito junto ao Programa de

⁷ Informação obtida em conversa com os donos de estabelecimentos comerciais locais.

⁸ Informações obtidas em trabalho de campo realizado em jul. 2009.

Apoio à Capacidade de Geração de Emprego e Renda (PROGEREN) financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Quanto aos trabalhadores da lavoura de manga a situação é completamente diferente, não havendo entre estes nenhuma organização com a finalidade de buscar representação de seus interesses junto aos produtores de manga, no sentido de reivindicar melhores salários e condições de trabalho. Sabe-se que apenas 21% dos trabalhadores possuem carteira assinada⁹, fato este mais comum nos lotes dos grandes produtores que geralmente contratam pessoas para morarem na propriedade.

A condição de trabalhadores temporários acaba se transformando num fator limitante para que estes se organizem em associações ou sindicatos. Vale destacar que nunca houve mobilização por parte daqueles que trabalham na lavoura de manga para exigir melhores condições de trabalho e maior remuneração. As condições de trabalho, tanto nas lavouras quanto nos galpões onde as mangas são selecionadas, embaladas e acomodadas nos caminhões, são extremamente precarizadas, devido à falta de utilização de equipamentos adequados e pelas extenuantes jornadas de trabalho, que chegam a 16 horas.

Nos galpões, percebe-se que o trabalho assume formas mescladas de fordismo e toyotismo (ANTUNES, 2002, p. 25), ora parecido com a linha de montagem fabril ora com uma produção flexível, em razão da necessidade de colocar o produto no mercado consumidor num menor tempo possível. Nesse momento, a inserção em massa do trabalho feminino acontece de forma significativa, sendo este utilizado no processo manual de seleção e classificação das frutas. O trabalho feminino passou a ocupar um espaço que antes era apenas masculino, ao passo que a mão de obra masculina vem sendo utilizada no carregamento dos caminhões e na colheita da manga na lavoura.

Em relação à remuneração dos trabalhadores, percebe-se que há uma diferença significativa de salário entre os diversos segmentos do setor produtivo da manga, sendo os menores salários pagos às pessoas que trabalham diretamente na lavoura. No setor de seleção, empacotamento

⁹ Informação obtida durante o trabalho de campo realizado entre novembro de 2007 e janeiro de 2008.

e distribuição do produto para o mercado, os trabalhadores conseguem melhores resultados devido à possibilidade de trabalhar em regime de hora-extra, a preços extremamente baixos ou por produção, no qual os trabalhadores recebem R\$ 0,10 por caixa de manga embalada.

O que se aponta nesse processo é que algumas experiências quanto à remuneração são apresentadas como formas homogeneizantes para propagar as benesses do projeto de irrigação para a população em geral. Muitos são os discursos vinculados pelas instituições públicas e pelas organizações dos produtores que insistem em realçar que a remuneração dos trabalhadores da manga tem sido satisfatória. Em entrevista, os trabalhadores declaram ganhar, em sua maioria, entre um e dois salários mínimos, sendo que esse valor irá depender da quantidade de dias trabalhados durante a semana, pois não há um contrato fixo de trabalho.

Devido à baixa remuneração que predomina no trabalho da manga e também às condições precárias de trabalho, 48% dos trabalhadores afirmaram que pretendem abandonar o serviço e procurar outro emprego. Em contrapartida, 52% dos entrevistados responderam que pretendem continuar trabalhando na lavoura de manga, pois, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, esta acaba sendo a única oportunidade de emprego para a população local não assimilada pelo setor público ou de prestação de serviços.

À primeira vista, a “normalidade” com que os trabalhadores aceitam as precárias condições de trabalho encobre uma divisão de classes muito forte no seio da sociedade livramentense. Como já enfatizado neste trabalho, a origem dos trabalhadores da manga quase sempre é dos bairros periféricos para onde vão os expulsos do campo que buscam na cidade a sobrevivência.

Em síntese, não há como negar que a lavoura de manga acaba dinamizando a economia local e empregando, mesmo que temporariamente, uma significativa parcela da população urbana. Ao mesmo tempo é importante contrapor essa ideia simplista de ganhos sociais porque não temos presenciado nenhuma discussão sobre a necessidade de buscar melhorar as condições de trabalho e de remuneração para os trabalhadores. O que de fato tem sido verificado é

que há uma forte coalizão entre produtores e instituições públicas visando ampliar a produção e os lucros com a lavoura de manga.

Quando se busca justificar que a remuneração tem sido satisfatória para o trabalhador da manga, o que na verdade se quer é a continuidade de uma realidade completamente favorável à expansão do agronegócio. A disponibilidade de mão de obra tem possibilitado aos produtores de manga a expansão da área plantada sem que isso ocasione uma elevação do preço pago ao trabalhador.

A apropriação do projeto de irrigação pública por grandes empresas revela que a implantação deste serviu muito mais a uma elite do que àqueles que viviam na/da *terra de trabalho*. A barbárie de que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) tão bem retrata, segue fazendo novas vítimas, pois grandes investimentos públicos são alocados para viabilizar a expansão do grande capital que adentra o campo vitimando as populações tradicionais e camponesas.

Se inicialmente a implantação do projeto de irrigação usou do artifício da necessidade de dinamizar a agricultura camponesa, hoje, verificamos que a realidade se revela contraditória. A agricultura camponesa tem sofrido uma tentativa camuflada de sufocamento por parte do agronegócio, embora tenha (re)existido bravamente.

Por ora, cabe-nos perguntar para onde foi o “doce sabor da manga”? Afirmamos que o “agronegócio comeu!” Aos trabalhadores, tem sido delegada a função apenas de produzir o “agradável sabor” que será degustado por quem jamais tomou ou tomará conhecimento sobre os custos sociais da produção da manga.

Para não concluir

Ao chegar ao final deste trabalho, reconhecemos que não podemos considerá-lo como algo conclusivo, por entender que muito há que avançar nas discussões sobre as transformações nas relações de trabalho no campo livramentense decorrentes da implantação do projeto de irrigação e, posteriormente, da inserção do agronegócio. A

modernização da agricultura local não representou apenas mudanças na base técnica da produção, mas uma trama de relações cuja complexidade nos convida a dissecá-la. Constatamos que a lavoura de manga introduziu uma nova lógica para o campo baseada predominantemente no trabalho assalariado e precarizado.

Para que prossigamos refletindo sobre o papel do Estado no planejamento do território, vale fazer um destaque para o fato de que a agricultura camponesa afetada pela expropriação em virtude da implantação do projeto não sofria com as intempéries da seca, por estar localizada às margens do rio Brumado. De fato, as comunidades que enfrentavam problemas com a escassez de água para a agricultura, continuaram sem acesso aos benefícios decorrentes da implantação do projeto de irrigação.

Mais uma vez a política dos projetos de irrigação serviu para estimular a especulação e a concentração de terras, criando as bases infraestruturais para a inserção e a expansão do agronegócio. Tal estratégia, muito utilizada no Nordeste, tem servido para redimensionar as práticas agrícolas e redefinir tecnicamente a força de trabalho, aprofundando as contradições na relação entre capital x trabalho.

Logo, uma “leitura geográfica deste fenômeno” requer a identificação da correlação de forças estruturadas no interior da produção de manga, de maneira que as transformações espaciais sejam analisadas a partir da atuação dos novos atores sociais enquadrados nessa atividade.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

BRUM, A. J. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

BURSZTYN M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPTBA. Disponível em www.cptba.org.br. Acesso em: 20/07/2009.

GERMANI, G. *A questão agrária na Bahia: permanências e mudanças*. In: MENDONÇA, F. de A.; LOWER-SAHR, C. L.; SILVA, M. da (Org.) *Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009, p. 348-370.

FERNANDES, B. M. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Niterói: Eduff, 2007.

MARTINS, J. de S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Boletim de Geografia Teórica*, v. 10, nº 19, Rio Claro, 1980, p. 31-47.

MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. de. *A seca no Nordeste: o falso problema*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

MESQUITA, H. A. de. *A modernização da agricultura: um caso em Catalão - Goiás*. [Mestrado]. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1993.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, A. U. de. *Modo de produção capitalista e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. Revista Terra Livre. São Paulo: Ano 19, v. 2, nº 21, 2003, p. 113-156.

_____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Paixão da terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Rocco1984.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, R. M. dos. *Trajetória: reportagens sobre Livramento de Nossa Senhora*. Salvador: Egba, 2009, 223 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À PEQUENA EMPRESA-SEBRAE. Disponível em www.sebrae.org.br. Acesso em 20/07/2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Por trás dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

Artigo recebido para publicação em:

01 de dezembro de 2009.

Artigo aceito para publicação em:

22 de junho de 2010.

Como citar este artigo:

DOURADO, José Aparecido Lima; MESQUITA, Helena Angélica. Expropriação camponesa, agronegócio e precarização do trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA). *Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 1, p. 291-311, jun./jul. 2010.